

Rede de atendimento comunitário a idosos em Florianópolis (SC): a estratégia dos grupos de convivência em foco

Community care for the elderly of network Florianópolis (SC): the strategy of focusing on Community Centers

Red de atención comunitaria a ancianos en Florianópolis (SC): la estrategia de los grupos de convivencia en foco

Giovana Zarpellon Mazo
Priscila Mari dos Santos
Alcyane Marinho

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo investigar a rede de atendimento comunitário a idosos em Florianópolis (SC), por meio da estratégia dos Grupos de Convivência para Idosos (GCI), apresentando seu processo de criação e de desenvolvimento histórico e sociocultural, assim como a evolução no número de grupos e de idosos participantes. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica, descritivo-exploratória e de levantamento, com abordagens qualitativa e quantitativa dos dados. Aplicaram-se entrevistas semiestruturadas com quatro assistentes sociais que participaram do processo de implementação da estratégia de GCI na cidade. Constatou-se a criação formal desses grupos, vinculada e impulsionada, principalmente, por órgãos governamentais da área da assistência social, sendo que, ao longo dos anos, o número de GCI e de participantes aumentou expressivamente em Florianópolis (SC).

Palavras-chave: Idoso; Grupos de convivência; Rede de atendimento.

ABSTRACT: *This study aims to investigate the community service network for the elderly in Florianópolis (SC), through the strategy of Community Centers for the Elderly (CCEs), presented their process of creation and history and socio-cultural development, including also the increase in the number of groups and elderly participants. We conducted a literature search, descriptive and exploratory and survey with qualitative and quantitative approaches to data. They were applied semi-structured interviews with four social workers who participate in the implementation process of CCEs strategy in the city. the formal establishment was found these groups, bound and driven mainly by government agencies of the social assistance area, and, over the years, the number of CCEs and participants increased significantly in Florianópolis (SC).*

Keywords: *Elderly; Community groups; Service network.*

RESUMEN: *Este trabajo tiene como objetivo investigar la red de atención comunitaria a ancianos en Florianópolis (SC), a través de la estrategia de los Grupos de Convivencia para los ancianos (GCI), presentando su proceso de creación y de desarrollo histórico y sociocultural, así como la evolución en el número de grupos y de ancianos participantes. Se realizó una investigación bibliográfica, descriptiva-exploratoria y de levantamiento, con abordajes cualitativo y cuantitativo de los datos. Se aplicaron entrevistas semiestructuradas con cuatro asistentes sociales que participaron en el proceso de implementación de la estrategia de GCI en la ciudad. Se constató la creación formal de estos grupos, vinculada e impulsada, principalmente, por organismos gubernamentales del área de la asistencia social, siendo que a lo largo de los años, el número de GCI y de participantes aumentó expresivamente en Florianópolis (SC).*

Palabras clave: *Ancianos; Grupos de convivencia; Red de atención.*

Introdução

A partir da década de 1960, os idosos passaram a integrar, cada vez mais, as discussões envolvendo a necessidade de políticas públicas para atendimento a essa população brasileira. O aumento da preocupação social com o processo de envelhecimento foi devido, principalmente, ao fato de os idosos representarem uma parcela da população nacional cada vez mais significativa do ponto de vista numérico (Debert, 1999, 2013).

Dados demográficos divulgados frequentemente por órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) reforçam que a população idosa não para de aumentar quantitativamente, tanto em relação ao número de pessoas que ultrapassam os 60 anos de idade, quanto em relação à longevidade alcançada. Dados do IBGE (2012, 2013) apresentam mais de 23,5 milhões de idosos no Brasil, representando 12,6% da população total. A expectativa de vida dos brasileiros ultrapassou os 74,5 anos de idade, sendo que, em 2011, havia mais de três milhões de pessoas com 80 anos, ou mais, no país.

Outros indicadores demográficos também contribuíram para que o processo de envelhecimento passasse a ser analisado como uma questão social, a exemplo das diferenças entre os sexos. A maior parte da população brasileira é composta por mulheres (55,7%), pois embora nasçam mais crianças do sexo masculino do que do sexo feminino, a mortalidade masculina é superior à feminina ao longo de toda a vida (IBGE, 2011, 2013). Por conseguinte, quanto mais idosa for uma população, maior será sua proporção de mulheres, indicando a existência de um importante componente de gênero entre a população de idosos (Camarano, Kanso, & Mello, 2004).

Ao longo dos anos, esse cenário traduziu-se em uma série de iniciativas por parte de agências governamentais e não governamentais destinadas ao atendimento das necessidades de homens e mulheres idosos. No Brasil, destacou-se a proliferação de programas voltados aos idosos, tais como as Universidades Abertas à Terceira Idade (UNATI) e os Grupos de Convivência para Idosos (GCI) (Debert, 1999). O Serviço Social do Comércio (SESC) de São Paulo (SP) foi um dos pioneiros na criação desses programas, idealizando, a partir da década de 1960, ações destinadas a atender a demanda das pessoas que estavam deixando o trabalho produtivo. Em 1970, as ações do SESC foram sistematizadas em três subprogramas: Escolas Abertas da Terceira Idade; Programas para Pessoas de Idade Avançada e Aposentadas; e, Grupos de Convivência para a Terceira Idade. Estes últimos surgiram como alternativas de preenchimento do tempo “livre” dos aposentados com atividades recreativas (Mazo, Lopes, & Benedetti, 2009).

Apesar dessas iniciativas do SESC de São Paulo (SP), os GCI só se difundiram efetivamente pelo país a partir do ano de 1994, mediante a criação da Política Nacional do Idoso (PNI), a qual propôs diversas metas de assistência, como evitar a institucionalização dos idosos e incentivar a abertura de espaços para a convivência comunitária deles (Brasil, 1994; Mazo, 2003; Mazo, Lopes, & Benedetti, 2009).

Alguns autores, como Braz (2008), Faleiros (2007), Mendes (2000) e Rollin (1998), apresentam considerações históricas pertinentes ao entendimento da trajetória das políticas sociais brasileiras que culminaram na implementação da PNI e, conseqüentemente, na criação formal dos GCI, sendo pertinente o conhecimento de alguns desses fatos.

Inicialmente, a partir de diferentes ações de movimentação nacional, o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) (extinto atualmente) realizou estudos aspirando à elaboração de um programa que atendesse a clientela idosa previdenciária. Conseqüentemente, na década de 1970, por determinação do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) (atualmente subdividido em Ministério da Previdência Social e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome), foi implantado o Programa de Assistência aos Idosos (PAI), de abrangência nacional, cabendo ao INPS a sua coordenação e execução, pretendendo abranger os aspectos biopsicossociais do idoso (Mendes, 2000; Rollin, 1998).

A partir da criação do PAI, foram realizados vários seminários regionais para trabalhar a questão da realidade do idoso no Brasil. Além disso, o MPAS foi reorganizando sua estrutura de funcionamento, redirecionando a responsabilidade de coordenação do PAI a outros órgãos e publicando novas portarias para ampliar seus objetivos de assistência ao idoso, especialmente no sentido de propiciar a sua integração na família e na comunidade, observando a melhoria das suas condições de vida e a formação de uma atitude positiva frente à velhice (Rollin, 1998).

Na mesma direção, perante iniciativas mundiais de formação de uma consciência de atenção ao idoso - particularmente a partir da realização de eventos como o Congresso Mundial sobre Envelhecimento, coordenado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e realizado em Viena, em 1982, no qual foi aprovado o primeiro Plano de Ação Internacional sobre Envelhecimento -, o Brasil avançou na sua trajetória de atendimento ao idoso (Braz, 2008): na Constituição Federal de 1988, os direitos dos idosos foram descritos nos capítulos da assistência, da família, do trabalho e da previdência (Faleiros, 2007); em 1991, a adoção brasileira à Carta de Princípios para a Pessoa Idosa (participação, autorrealização, independência e dignidade), elaborada pela ONU; e, em 1993, foi promulgada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), dando um caráter de seguridade social ao âmbito da assistência e referindo-se a ações descentralizadas e participativas (Braz, 2008; Mendes, 2000; Rollin, 1998).

Foi a partir deste contexto que, em 1994, a PNI veio assegurar os direitos dos idosos, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação na sociedade (Brasil, 1994), sendo destacada a criação da estratégia de atendimento aos idosos por meio de centros de convivência. Ademais, em 2002, foi elaborado o segundo Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento, em Madri, acompanhado de um amplo espectro de recomendações de caráter social, político e econômico que visavam à superação do desafio de melhorar a situação dos idosos (Braz, 2008). O Brasil assumiu o compromisso de seguir tais recomendações, iniciando mais um movimento em prol dos direitos dos idosos, o qual resultou na promulgação, em 2003, da Lei n.º 10.741 (Estatuto do Idoso), avançando na questão dos direitos sociais dos idosos ao declarar ser obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público, assegurar com prioridade a efetivação desses direitos e a convivência familiar e comunitária do idoso (Brasil, 2003).

Os GCI mostraram-se, portanto, como alternativas para proporcionar aos idosos um espaço, no qual pudessem desenvolver suas relações sociais. Também, poderiam contribuir para evitar a sua institucionalização, representando um novo meio de participação, expressão e aprendizagem, pois a convivência seria permeada pela troca de vivências em distintos níveis, como pessoal, de conhecimento e de construção da cidadania (Rollin, 1998).

Diante desse cenário, atualmente é possível encontrar na literatura nacional uma infinidade de estudos realizados em GCI, com os mais diversos propósitos investigativos (Mendes, 2000; Mazo, 2003; Faleiros, 2007; Braz, 2008; Rollin, 1998; Krug, 2012; Lopes, 2012; Vargas, & Portella, 2013; Santos, 2015; Krug, Lopes, & Mazo, 2015; Lopes, Krug, Bonetti, & Mazo, 2016). Contudo, são poucos aqueles que fazem considerações sobre o processo de criação e de desenvolvimento dessa forma de atendimento comunitário aos idosos, até os dias atuais, bem como são escassos os estudos que comparam os registros numéricos de idosos atendidos ao longo dos anos, especialmente em Florianópolis (SC), cidade brasileira com uma quantidade expressiva de GCI, conforme apresentados por algumas pesquisas (Mazo, 2003; Lopes, 2012; Santos, 2015).

Portanto, este trabalho tem como objetivo investigar a rede de atendimento comunitário aos idosos em Florianópolis (SC), por meio da estratégia dos GCI, apresentando seu processo de criação e de desenvolvimento com relação, principalmente, ao número de grupos e de idosos participantes, neste último caso, com base na comparação de resultados trazidos por algumas pesquisas científicas realizadas em GCI da cidade.

Acredita-se que estudos com o teor do que está sendo aqui proposto possam contribuir com subsídios para implantação e/ou implementação de ações na área da gerontologia, para que surjam mais possibilidades de intervenções sociais conforme a realidade desta população.

Metodologia

Esta pesquisa se caracteriza como de cunho bibliográfico e de levantamento, assim como de natureza descritivo-exploratória, com abordagens, quantitativa e qualitativa, dos dados (Gil, 2008; Marconi, & Lakatos, 2007; Minayo, 2012). Foi realizada uma pesquisa bibliográfica em bases de dados como *Lilacs*, *Scielo*, Google Acadêmico e em outros sites, a fim de encontrar materiais que abordassem o tema "grupos de convivência em Florianópolis (SC)", especialmente no que se refere a dados sobre o processo de criação desses grupos na cidade e do quantitativo desses grupos e de participantes, tendo em vista que nos órgãos governamentais nem sempre esses dados são atualizados. Antes disso, no ano 2000, contudo, foram realizadas entrevistas com quatro assistentes sociais que atuaram em órgãos governamentais de Florianópolis (SC), nas décadas de 1970, 1980 e 1990, participando do processo de implementação dos GCI, tornando-se pertinente a apresentação desses dados para o alcance do objetivo pretendido com este estudo.

As entrevistas foram elaboradas por meio de um roteiro semiestruturado (Minayo, 2012), constituído por questões básicas que permitiram explorar o processo de criação e de desenvolvimento da estratégia de atendimento aos idosos por meio de grupos de convivência. Para o registro das entrevistas, foi utilizado um gravador de áudio. Os depoimentos das participantes foram transcritos na íntegra, sendo utilizados seus nomes verdadeiros, com a devida autorização, tendo em vista a representatividade das entrevistadas na construção e no desenvolvimento dos GCI em Florianópolis (SC).

As informações coletadas por meio das entrevistas foram tratadas por meio da técnica de análise de conteúdo categorial, na modalidade temática, sistematizada em três etapas principais: 1) pré-análise (transcrição das entrevistas; organização dos dados; e leitura compreensiva); 2) exploração do material (análise propriamente dita, sendo codificadas unidades de registro em categorias de análise); e 3) tratamento dos dados e interpretação (descrição dos resultados e inferência) (Bardin, 2009). Os dados levantados por meio dos trabalhos bibliográficos acerca do quantitativo de GCI e de participantes na cidade foram tratados por meio de medidas de frequência simples e percentual.

Resultados e discussão

GCI em Florianópolis (SC): contextualização histórica e sociocultural

Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, tem a maior parte de seu território em área insular, mas conta também com uma área continental incorporada à cidade em 1927. A Secretaria Municipal de Saúde divide a cidade em cinco distritos sanitários regionais: Centro, Continente, Norte, Sul e Leste (PMF, 2016).

De acordo com dados do IBGE de 2010, Florianópolis (SC) possuía uma população de 421.240 habitantes, sendo 218.193 (51,8%) do sexo feminino e 203.047 (48,2%) do sexo masculino, havendo, portanto, predominância de mulheres, da mesma forma com que é verificado na maioria das cidades brasileiras. Em 2014, possuía uma quantidade estimada de 461.524 habitantes, caracterizando-se como o segundo município mais populoso de Santa Catarina (IBGE, 2014a).

A capital catarinense apresenta alto Índice de Desenvolvimento Humano - 0,847 -, ocupando o terceiro lugar entre 5.565 municípios brasileiros (PNUD, 2013). Isso pode refletir a quantidade expressiva de pessoas com mais de 60 anos residentes nessa cidade (mais de 48.000), a qual representa 11,4% da sua população total. No segmento de idosos florianopolitanos, a maioria também é do sexo feminino (IBGE, 2014b).

Conforme discorre Araújo (2004), o conhecimento prévio dessas características demográficas pode contribuir para a concretização de políticas e programas destinados à população idosa, bem como para o entendimento da organização daqueles existentes. Ao se reportar à situação de atendimento da população idosa em Florianópolis (SC), a autora destaca o surgimento, por meio de uma articulação dinâmica, de formas de nucleação dos idosos, as quais apresentam denominações próprias como: grupos de idosos, grupos de aposentados, clubes de idosos, grupos de convivência para idosos, entre outros. Para ela, é possível presumir que essas nucleações tenham como objetivo estimular o convívio, a sociabilidade, a participação social, o exercício da cidadania e a satisfação das necessidades dos idosos.

Nos chamados Grupos de Convivência para Idosos (GCI) muitos idosos escolhem passar algum período do seu dia durante determinados dias da semana (Araújo, 2004).

Lopes (2012) aponta que, em um estudo epidemiológico realizado em Florianópolis (SC) no ano de 2009 (EpiFloripa2009), no qual foram investigados 1.705 idosos residentes em domicílios nas diferentes Regiões da cidade, foi constatado que 42,1% dos idosos pesquisados participavam de GCI.

Embasando-se em algumas pesquisas desenvolvidas nesses espaços (Araújo, 2004; Rollin, 1998), e também nas entrevistas realizadas com assistentes sociais que participaram do processo de criação dos GCI em Florianópolis (SC), é possível contextualizar historicamente tais grupos. Conforme explica Rollin (1998), após a criação do PAI pela equipe técnica do INPS, com o intuito de desenvolver trabalhos com idosos em âmbito nacional, foi realizado em Santa Catarina, no ano de 1975, o 1º. Seminário sobre a realidade do idoso nesse Estado. "Em 1975, o PAI começou o primeiro grupo de convivência para idosos, mas ninguém tinha ideia de como iria se desenvolver o trabalho como de desenvolveu" (Neusa Mendes Guedes, Assistente Social, *in memoriam*).

Em 1977, a equipe do INPS atuante em Florianópolis (SC) elaborou um projeto específico para atendimento aos idosos por meio de GCI, indiretamente na própria comunidade, o qual foi encaminhado à direção nacional do INPS. O projeto foi aprovado para ser executado durante um ano, por meio do atendimento a cinco grupos localizados no bairro Ribeirão da Ilha, circunscrito na Região Sul de Florianópolis (SC). A escolha por essa localidade foi resultado de trabalhos comunitários realizados anteriormente naquela Região, nos quais foi observado grande número de pessoas idosas. Esse projeto se configurou como uma experiência pioneira do INPS, nascida sob a iniciativa do estado de Santa Catarina, e como o primeiro convênio implantado entre Prefeitura Municipal de Florianópolis (SC) e GCI. O segundo convênio nesse Estado foi firmado com a Entidade Feminina Içarense, uma instituição não governamental. O convênio também foi destinado ao atendimento de cinco GCI, porém, agora, no município de Içara (Rollin, 1998).

Em 1978, foi realizado um programa de capacitação de voluntários, técnicos e dirigentes de entidades para motivar lideranças do Estado em questão, envolvendo entidades governamentais e não governamentais, para atendimento aos idosos.

Assim, o projeto que originou os dois primeiros convênios entre prefeituras municipais catarinenses e GCI foi sendo anualmente prorrogado e, em 1980, ficou estabelecido por tempo indeterminado, sendo que convênios similares foram se difundindo pelo país.

Em Florianópolis (SC), no ano de 1984, outros bairros da cidade começaram a fundar seus GCI, tais como Barra da Lagoa, Pantanal, entre outros de distintas Regiões (Rollin, 1998). Além disso, em 1988, a:

[...] Comissão Estadual do Idoso realizou quatro Encontros Regionais nas seguintes cidades: Florianópolis, Itajaí, Joinville, Tubarão, Criciúma, Blumenau, Rio do Sul, Lages, Caçador, Joaçaba, Canoinhas, Concórdia, Chapecó e São Miguel do Oeste: para reflexão e debate sobre questões sociais relativas à terceira idade. Obteve-se uma visão da realidade do idoso, linhas de trabalho desenvolvidas e perspectivas de ação. Foi elaborado o documento-síntese com os indicadores para a formulação de uma política social do idoso e para estabelecimento de estratégias de ação[...] (Vera Nícia Fortkamp de Araújo, Assistente Social)

Após reorganizações na estrutura de funcionamento do MPAS, da publicação de novas portarias para melhorar o atendimento aos idosos nacionalmente, da promulgação da Constituição Federal em 1988 e de algumas leis (como a PNI, em 1994, a qual também criou o Conselho Nacional do Idoso), foram sendo fundados Conselhos Estaduais e Municipais correspondentes em todo o país. Esses Conselhos ampliaram as possibilidades de participação dos idosos na elaboração de iniciativas destinadas a seu atendimento, bem como na criação de novos GCI (Rollin, 1998).

Em Santa Catarina, o Conselho Estadual do Idoso foi instituído em 25 de setembro de 1990 por meio da Lei n.º 8.072, com redação modificada pela Lei n.º 8.320 de cinco de setembro de 1991. Trata-se de um órgão de deliberação coletiva, vinculado à Secretaria da Justiça e Administração. Dentre suas competências, destacam-se: a estimulação da mobilização e da organização das comunidades para equacionamento da questão do idoso; e a promoção da integração de instituições que atuem a favor da causa social do idoso (Santa Catarina, 1991).

Em Florianópolis (SC), por sua vez, Araújo (2004), assim como o depoimento da Assistente Social Vera Nícia Fortkamp de Araújo, entrevistada para a presente pesquisa, expõem que as primeiras iniciativas para a criação do Conselho Municipal do Idoso (CMI) surgiram em 1991 com a formação de uma Comissão Interinstitucional que tinha como objetivo principal discutir assuntos sobre a emergente problemática do idoso, bem como promover ações de integração das instituições que desenvolviam trabalhos na área.

Em 1992, estruturou-se a Comissão Municipal do Idoso por meio da realização de reuniões mensais com a participação de profissionais, coordenadores de grupos de idosos organizados, e demais instituições e órgãos representativos da sociedade.

Em um primeiro momento, essa Comissão se preocupou em desencadear ações ligadas às políticas sociais de atendimento ao idoso, tais como o treinamento para dirigentes de instituições asilares (atualmente denominadas Instituições de Longa Permanência para Idosos) e a realização de encontros de dinamizadores de grupos de idosos. Em 1993, por exemplo, ocorreu o "1º Encontro de dinamizadores de Grupos de Idosos (coordenadores, técnicos e voluntários), com parcerias que se tornaram imprescindíveis até hoje em todas as ações da Comissão Municipal do Idoso [...]" (Albertina Terezinha de Souza Vieira, Assistente Social).

A partir de 1994, tornou-se aparente a inquietação da Comissão Municipal do Idoso no sentido de se transformar em Conselho Municipal do Idoso (CMI). Intensificaram-se os seminários, estudos, discussões e reflexões sobre a legislação e legalização para a sua criação. Durante esse processo, a participação do próprio idoso foi privilegiada, como agente transformador da sua história, capaz de contribuir com a criação de uma política que atendesse às suas necessidades (Araújo, 2004). Conforme explica a Assistente Social Albertina Terezinha de Souza Vieira: "[...] cabe salientar que o propósito maior da Comissão ao longo deste processo foi o de buscar a participação do próprio idoso como agente capaz de interferir no fazer de uma política que responda às suas necessidades [...]".

Depois de amplas discussões, em 24 de setembro de 1998 foi homologada, pela Prefeitura de Florianópolis (SC), a Lei n.º 5.371, a qual, posteriormente, foi revogada e substituída pela Lei n.º 7.694 de 25 de agosto de 2008, dispendo sobre a PNI, criando o CMI e dando outras providências (Araújo, 2004). Em conformidade com esta Lei, tal Política objetiva proteger, promover e defender os direitos sociais dos idosos, criando condições para sua autonomia, integração e participação na sociedade, regendo-se de acordo com os dispositivos da PNI e do Estatuto do Idoso.

A criação do CMI foi fundamental para a expansão dos GCI em Florianópolis (SC), visto que em sua estrutura organizacional e de funcionamento, dentre os 20 membros que o compõem, dois devem ser representantes de GCI da cidade, sendo um da área insular e outro da área continental da cidade (Florianópolis, 2008). A Assistente Social Maria Terezinha Martins Peruchi, que coordenou o Programa de Assistência ao Idoso na cidade, na década de 1970, relata que "[...] Quando vejo a Semana do Idoso, algum movimento, repercutiu mesmo, aquele empurrãozinho frutificou e se expandiu bastante.

Hoje toda a paróquia tem grupo de idoso todas as entidades, entidades sociais, sociedade organizada. Me surpreende como evoluiu [...]".

Atualmente, segundo informações contidas na página do CMI, no site da PMF, há 65 GCI cadastrados no Conselho (PMF, 2016). Contudo, a orientação quanto à organização e o suporte para a manutenção dos grupos da cidade ocorrem por meio do Programa de Apoio aos GCI de Florianópolis (SC), o qual está vinculado à Gerência de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (GCFV) da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) da Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF). Embora a GCFV/SEMAS/PMF apresente orientações quanto à organização e ofereça suporte aos grupos (PMF, 2014), tendo mais GCI cadastrados nessa Gerência, sugerindo a realização de palestras educativas e prática de atividades físicas, por exemplo; fornecendo mensalmente um kit lanche (contendo alimentos como café, açúcar, leite, sucos de caixinha, óleo, farinha de trigo, margarina, doce de leite e biscoitos doces e salgados) e, eventualmente, transporte para viagens e materiais para artesanato; os grupos têm autonomia para realizar as atividades de sua preferência, sendo gerenciados pelos próprios idosos (Santos, 2015).

Quase todos os GCI da cidade se reúnem uma vez por semana, principalmente no período vespertino. Geralmente, funcionam em centros comunitários, salões paroquiais, clubes e associações. Possuem um coordenador ou presidente que, voluntariamente, e/ou com o apoio de outros idosos membros do grupo, direcionam e desenvolvem as atividades (Lopes, 2012; Santos, 2015).

Os critérios para cadastramento dos grupos junto a PMF incluem: os integrantes devem residir no município de Florianópolis (SC); o grupo deve ser composto por 95% de pessoas com mais de 60 anos; 90% dos participantes devem ser moradores da comunidade ou adjacências; as reuniões devem ocorrer em instalações físicas de caráter público ou comunitário, adequadas para a realização das atividades, semanal ou quinzenalmente; inscrever-se no CMI; estar sujeito aos princípios e objetivos da política de atendimento ao idoso; e organizar a documentação do grupo, como Estatuto do Grupo, Regimento Interno, Livro Caixa, Livro Ata, Lista de Frequência e outros (PMF, 2014).

Diante dessa contextualização histórica e das principais características dos GCI de Florianópolis (SC), as quais permitem situá-los, social e culturalmente, torna-se relevante conhecer como o atendimento aos idosos tem sido efetivado, especialmente em termos quantitativos.

GCI em Florianópolis (SC): rede de atendimento em foco

Os primeiros registros numéricos encontrados na literatura, pelas autoras do presente estudo, acerca do número de idosos atendidos em Florianópolis (SC) por meio da estratégia dos GCI constam no trabalho de Rollin (1998). A autora apresentou a existência, em 1998, de 14 GCI, em nove bairros da cidade, com a participação de aproximadamente 600 idosos, principalmente mulheres viúvas, com baixo grau de instrução, aposentados e/ou pensionistas e usuárias do Sistema Único de Saúde (SUS). Na época, os grupos eram diretamente assessorados por um programa da Prefeitura (Programa de Atendimento à Pessoa Idosa), o qual era composto por assistentes sociais, professores de educação física, instrutora de trabalhos manuais e psicóloga. Além disso, servia como campo de estágio a cursos de graduação em Serviço Social e os grupos contavam com a colaboração de voluntárias que recebiam treinamento pelo programa. A equipe reunia-se semanalmente para avaliar a atuação junto aos grupos, almejando qualificar suas ações de forma competente.

No trabalho de Mazo, Vieira, Barcellos, e Kornis (2001), com o objetivo de verificar a rede de atendimento a idosos em Florianópolis (SC) por meio da estratégia dos GCI, foram identificados, em 2001, 93 GCI, distribuídos em 35 bairros da cidade. O total de indivíduos atendidos nos grupos era de 3.733, sendo 3.373 (90,4%) do sexo feminino e 360 (9,6%) do sexo masculino. A maioria encontrava-se na faixa de 60 a 74 anos de idade. As atividades predominantemente desenvolvidas nos grupos eram passeios, bingos e trabalhos manuais, por meio de encontros no período vespertino, com apoio de voluntárias na maior parte dos grupos.

Dados não publicados no referido trabalho, mas coletados pelas autoras em 2001 e disponibilizados para o presente estudo, indicam que havia, entre os 3.733 participantes identificados, 507 indivíduos com idade inferior a 60 anos, não podendo, portanto, serem considerados como idosos. Dessa forma, eram 3.226 participantes idosos, sendo 2.915 (90,4%) do sexo feminino e 311 (9,6%) do sexo masculino. Dados do IBGE do ano de 2000 mostravam que, na época, Florianópolis (SC) tinha 28.816 idosos com 60 anos ou mais, sendo 16.837 (58,4%) pertencentes ao sexo feminino e 11.979 (41,6%) ao sexo masculino (IBGE, 2001), demonstrando com isto o predomínio do sexo feminino nos GCI no município.

Mazo (2003) utilizou o mesmo levantamento apresentado para a seleção dos participantes de sua pesquisa, a qual teve como objetivo analisar os níveis de atividade física e a sua relação com a qualidade de vida de mulheres idosas integrantes dos GCI de Florianópolis (SC). Contudo, considerou idosos os indivíduos com 65 anos ou mais de idade.

A autora verificou a presença de 2.507 participantes nos 93 GCI identificados, sendo 2.261 (90,2%) do sexo feminino e 246 (9,8%) do sexo masculino. Destes grupos, 727 idosas estavam na faixa etária de 65 a 69 anos; 682 idosas de 70 a 74 anos; 493 de 75 a 79; e, 359 com 80 anos ou mais, demonstrando maior concentração de idosas participantes de estratos etários inferiores, com menos de 70 anos de idade. Também, considerando-se como idosos os indivíduos com 60 anos ou mais de idade, *Mazo et al.* (2001) verificaram que a participação de mulheres idosas nos GCI é expressiva.

No ano de 2012, Lopes desenvolveu um estudo com o objetivo de analisar os fatores influenciadores para a adoção da prática de atividade física em pessoas longevas (com 80 anos ou mais de idade), participantes dos GCI de Florianópolis (SC). A autora mencionou que havia 105 GCI cadastrados na Secretaria Municipal de Assistência Social da cidade, envolvendo a participação de 4.509 idosos. No entanto, como o interesse da pesquisadora era estudar as pessoas longevas, não foram apresentados mais detalhes sobre os registros numéricos de forma geral; apenas que, entre o total de idosos, 493 tinham 80 anos ou mais idade (Lopes, 2012).

É pertinente destacar que Krug (2012) utilizou estes registros para selecionar a amostra de sua pesquisa sobre a percepção de barreiras e facilitadores para a prática de atividade física de idosas longevas inativas fisicamente, participantes dos GCI cadastrados na Prefeitura Municipal de Florianópolis (SC). Ou seja, embora os registros numéricos sobre os GCI de Florianópolis (SC) não tenham sido publicados com prioridade, como um dos objetivos do estudo de Lopes (2012), por exemplo, o levantamento realizado pela autora foi importante para o desenvolvimento de outras pesquisas, tal qual a de Krug (2012).

Por sua vez, em 2014, foram identificados 108 GCI cadastrados na Prefeitura de Florianópolis, porém 103 estavam com atividades ocorrendo no momento do levantamento (31 no Centro, 27 no Continente, 20 no Sul, 16 no Norte, e nove no Leste da cidade), envolvendo 4.275 participantes, sendo 3.976 (93%) do sexo feminino e 299 (7%) do sexo masculino. Em todos os grupos, havia proporção significativamente menor de participantes do sexo masculino do que do sexo feminino (Santos, 2015). Neste estudo, a autora tinha como objetivo investigar a participação de homens em cinco desses GCI; portanto, os dados gerais sobre as quantidades de integrantes nos 103 grupos foram os aqui apresentados. No ano de 2014 havia mais de 48.000 idosos (60 anos ou mais de idade) residentes em Florianópolis (SC), representando 11,4% da população total da cidade (IBGE, 2014b).

Com base nos estudos apresentados, é possível estabelecer uma linha comparativa com relação ao número de GCI presentes na cidade de Florianópolis (SC), bem como com relação ao número de participantes ao longo dos anos. A Tabela 1, a seguir, apresenta tal comparação.

Tabela 1 - Número de GCI e de participantes em Florianópolis (SC)

Estudo e ano de referência	Número de GCI identificados em Florianópolis (SC)	Número de participantes identificados nos GCI identificados na cidade
Rollin (1998)	14	600
Mazo, Vieira, Barcellos, & Korn (2001)	93	3.733, sendo 3.373 (90,4%) do sexo feminino e 360 (9,6%) do sexo masculino
Lopes (2012)	105	4.509, sendo 493 idosos longevos (80 anos ou mais de idade)
Santos (2015)	108	4.275, sendo 3.976 (93%) do sexo feminino e 299 (7%) do sexo masculino

Fonte: autoria própria (2016)

Diante do exposto, é possível constatar um aumento significativo na quantidade de GCI em Florianópolis (SC) ao longo dos anos, especialmente quando comparados os dados trazidos pelo estudo de Rollin, em 1998, e pelo estudo de Santos, em 2015. O número de idosos participantes também aumentou consideravelmente até 2012, como mostra o estudo de Lopes, tendo uma ligeira diminuição em 2014, considerando-se os dados do estudo de Santos (2015).

A Prefeitura de Florianópolis (SC) geralmente não mantém os registros atualizados sobre o número de GCI e seus participantes, até mesmo porque a dinâmica verificada é de constante entrada e saída de participantes, bem como de criação e de desligamento de grupos.

Por isso, a comparação entre os resultados dos estudos mencionados parece ser uma alternativa viável para entender a rede de atendimento aos idosos na cidade, por meio da estratégia dos GCI, considerando-se determinados momentos de coleta. No entanto, com exceção do trabalho resumido de Mazo, *et al.* (2001), nenhum dos estudos citados teve por objetivo principal realizar tal levantamento. Nesse sentido, as informações complementares coletadas (com relação ao sexo dos participantes, bairro de localização dos grupos, entre outras) nem sempre foram as mesmas em tais estudos.

Apesar disso, as informações similarmente coletadas nos trabalhos mencionados permitem verificar uma tendência histórica de predominância de mulheres nos GCI da cidade. Além disso, nos últimos anos a estrutura de funcionamento e de organização desses grupos pareceu manter-se inalterada, sendo caracterizada pela diminuição da influência da Prefeitura e pela consequente autonomia dos grupos; pelo sistema de diretoria com representantes dos próprios grupos e eleitos por seus integrantes; pelos encontros prioritariamente no turno vespertino, e em salões de igreja ou centros comunitários; e pelas atividades ainda centradas nos trabalhos manuais, bingos e passeios/viagens (Lopes, 2012; Santos, 2015).

Vargas e Portella (2013) e Santos, Marinho, Mazo, Benedetti, e Freitas (2015) chamam a atenção para a necessidade de mais incentivo à participação masculina em GCI, tendo em vista que, em seus trabalhos, foi constatado que tal participação possibilita aos homens melhorias no seu dia a dia (em termos de mais sentimentos positivos, melhor percepção de saúde, maior sensação de bem-estar e satisfação pessoal, entre outros aspectos), em decorrência, principalmente, das relações sociais oportunizadas nesses espaços.

Santos e Marinho (2016), ao investigarem coordenadores de cinco GCI de Florianópolis (SC) - um grupo de cada região da cidade -, verificaram que os representantes desses grupos influenciam diretamente a baixa ou a mais frequente participação masculina, considerando-se seus entendimentos de lazer e seus discursos sobre suas percepções acerca dos grupos que coordenam como espaços de lazer também para homens. Dessa forma, sem desconsiderar o atual nível de autonomia oportunizado aos GCI da cidade, acredita-se ser necessário maior apoio da Prefeitura, no sentido de orientação e de acompanhamento desses grupos, realizando-se encontros com coordenadores e participantes, palestras educativas e outras iniciativas desse teor com mais frequência.

Considerações Finais

Este trabalho permitiu o entendimento da trajetória das políticas e iniciativas florianopolitanas em direção aos GCI. Foi possível constatar a criação formal desses grupos na cidade, vinculada e impulsionada, principalmente, por órgãos governamentais da área da assistência social, mas também em parceria com outras entidades da sociedade civil, permitindo-se a expansão de grupos na cidade que surpreendeu, até mesmo, as assistentes sociais da Prefeitura, aqui entrevistadas, as quais estavam diretamente envolvidas nesse processo histórico. Apesar da limitação temporal das entrevistas, no sentido de terem sido realizadas no ano 2000, acredita-se que os dados por elas revelados contribuíram para o alcance do objetivo pretendido neste estudo, sendo, portanto, merecedores de divulgação no meio acadêmico-científico.

Da mesma forma, os dados das pesquisas consultadas acerca do número de GCI em Florianópolis (SC) e de idosos participantes, ainda que não tivessem o objetivo principal de fazer tal levantamento numérico, permitiram verificar uma expansão significativa da rede de atendimento aos idosos com o passar dos anos. Todavia, a rede ainda parece alcançar principalmente as mulheres e permanecer restrita à prática de determinadas atividades.

Portanto, recomenda-se o desenvolvimento de investigações desse teor na cidade de Florianópolis (SC), e também em outras cidades brasileiras, impossibilitadas nos limites desta pesquisa, desvelando informações que permitam acompanhar a evolução da rede de atendimento comunitário a idosos, por meio da estratégia dos grupos de convivência, a qual se apresenta como iniciativa imprescindível para oportunizar a sociabilidade de idosos, conforme constatado por diferentes estudos realizados em Florianópolis (SC).

Referências

- Araújo, V. N. F. (2004). *Os coordenadores de grupos de convivência de idosos como facilitadores da construção da cidadania*. Florianópolis, SC: Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina.
- Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições 70.
- Brasil. (1994). *Lei n.º 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências*. Brasília (DF): Diário Oficial da República Federativa do Brasil.

Brasil. (2003). *Lei n.º 10.741, de 1 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências*. Brasília (DF): Diário Oficial da República Federativa do Brasil.

Braz, L. G. (2008). *Projeto viver bem a idade que se tem: um redimensionamento do trabalho social com idosos do SESC de Florianópolis*. Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis (SC): Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Camarano, A. A., Kanso, S., & Mello, J. L. (2004). Como vive o idoso brasileiro? In: Camarano, A.A. (Org.). *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?*, 25-73. Rio de Janeiro (RJ): IPEA.

Debert, G. G. (1999). *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo (SP): EDUSP.

Debert, G. G. (2013). Feminismo e velhice. Rio de Janeiro (RJ): *Sinais Sociais*, 8(22), 15-38. Recuperado em 12 julho, 2016, de: http://www.sesc.com.br/wps/wcm/connect/aa3fe0d5-61a4-43e7-9e7d-b0c74bffa2a3/Revista+++Sinais_Sociais_22_web.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=aa3fe0d5-61a4-43e7-9e7d-b0c74bffa2a3.

Faleiros, V. P. (2007). Cidadania e direitos da pessoa idosa. Brasília, DF: *Ser Social*, 20, 35-61. Recuperado em 12 julho, 2016, de: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8353/1/ARTIGO_CidadaniaDireitosPessoaIdosa.pdf.

Florianópolis. (2008). *Lei n.º 7.694, de 25 de agosto de 2008. Dispõe sobre a Política Municipal do Idoso, cria o Conselho Municipal do Idoso e dá outras providências*. Florianópolis (SC): Câmara Municipal de Florianópolis.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo (SP): Atlas.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (IBGE). (2001). *Síntese de Indicadores Sociais, 2000*. Rio de Janeiro (RJ): IBGE.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (IBGE). (2011). *Censo demográfico 2010: características da população e dos domicílios - Resultado do universo*. Rio de Janeiro (RJ): IBGE.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (IBGE). (2014). *Censo Demográfico 2010 - CIDADES@. Santa Catarina >> Florianópolis*. Recuperado em 07 novembro, 2014, de: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=420540&search=santa-catarina|florianopolis>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (IBGE). (2014). *Censo Demográfico 2010 - Estatísticas de gênero*. Recuperado em 07 novembro, 2014, de: <http://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0,420540&cat=118,-1,1,2,-2,8&ind=73>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (IBGE). (2012). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2012*. Rio de Janeiro (RJ): IBGE.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (IBGE). (2013). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2013*. Rio de Janeiro (RJ): IBGE.

Krug, R. R. (2012). *Idosas longevas inativas fisicamente: percepção das barreiras e facilitadores para a prática da atividade física*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis (SC): Centro de Ciências da Saúde e do Esporte, Universidade do Estado de Santa Catarina.

Krug, R. R., Lopes, M. A., & Mazo, G. Z. (2015). Barreiras e facilitadores para a prática da atividade física de longevas inativas fisicamente. São Paulo (SP): *Revista Brasileira de Medicina do Esporte*, 21(1), 57-64. Recuperado em 12 julho, 2016, de: <http://dx.doi.org/10.1590/1517-86922015210101673>.

Lopes, M. A., Krug, R. R., Bonetti, A. & Mazo, G. Z. (2016). Barreiras que influenciaram a não adoção de atividade física por longevas. Florianópolis (SC): *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 38(1), 76-83. Recuperado em 12 julho, 2016, de: <http://www.scielo.br/pdf/rbce/v38n1/0101-3289-rbce-38-01-0076.pdf>.

Lopes, M. A. (2012). *Pessoas longevas e atividade física: fatores que influenciam a prática*. Tese de Doutorado. Florianópolis (SC): Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal de Santa Catarina.

Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2007). *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação dos dados*. São Paulo (SP): Atlas.

Mazo, G. Z. (2003). *Atividade física e qualidade de vida de mulheres idosas*. Dissertação de Doutorado. Porto (Portugal): Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física, Universidade do Porto.

Mazo, G. Z., Lopes, M. A., & Benedetti, T. B. (2009). *Atividade física e o idoso: concepção gerontológica*. Porto Alegre (RS): Sulina.

Mazo, G. Z., Vieira, A. T. S., Barcellos, Y. C., & Korn, S. (2001). Rede de atendimento comunitário aos idosos em Florianópolis. In: *III Congresso Sul-Brasileiro de Geriatria e Gerontologia*, 3. Anais. Florianópolis (SC): SBGG.

Mendes, D. R. (2000). *Grupo de convivência “5 de maio” como expressão de políticas públicas, e o significado da participação para as idosas que o integram*. Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis (SC): Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina.

Minayo, M. C. S. (2012). Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: _____ *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*, 61-77. Petrópolis (RJ): Vozes.

Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF). (2014). *Critérios para o cadastramento na PMF/SEMAS/GCFV dos grupos de convivência de idosos, ano 2014*. Florianópolis: Prefeitura Municipal de Florianópolis/Secretaria Municipal de Assistência Social/Gerência de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF). (2016). Recuperado em 12 julho, 2016, de: <http://www.pmf.sc.gov.br/>.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (PNUD). (2013). *Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil 2013*. Recuperado em 19 agosto, 2013, de: <http://www.pnud.org.br/Default.aspx>.

Rollin, I. S. (1998). *Grupos de convivência para terceira idade: uma busca do sentido de ser e de existir*. Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis (SC): Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina.

Santa Catarina. (1991). *Lei n.º 8.320, de 5 de setembro de 1991. Dá nova redação à Lei n.º 8.072, de 25 de setembro de 1990*. Florianópolis (SC): Câmara Municipal de Florianópolis.

Santos, P.M. (2015). *Lazer e grupos de convivência para idosos: um estudo sobre a participação de homens em Florianópolis (SC)*. Dissertação de mestrado. Florianópolis (SC): Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal de Santa Catarina.

Santos, P. M., & Marinho, A. (2016). Grupos de convivência para idosos como Espaços de lazer (também) para homens: o olhar dos coordenadores em Florianópolis (SC). Florianópolis (SC): *Motrivivência*, 28(47), 128-144. Recuperado em 12 julho, 2016, de: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2016v28n47p128>.

Santos, P. M., Marinho, A., Mazo, G. Z., Benedetti, T. R. B., & Freitas, C. R. (2015). Lazer e participação de homens em grupos de convivência para idosos de Florianópolis (SC): motivações e significados. São Paulo (SP): *Revista Kairós Gerontologia*, 18(3), 173-191. Recuperado em 12 julho, 2016, de: [file:///C:/Users/Dados/Downloads/26827-70186-1-SM%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Dados/Downloads/26827-70186-1-SM%20(1).pdf).

Vargas, A. C., & Portella, M. R. (2013). O diferencial de um grupo de convivência: equilíbrio e proporcionalidade entre os gêneros. São Paulo (SP): *Revista Kairós Gerontologia*, 16(3), 227-238. Recuperado em 12 julho, 2016, de: <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/viewFile/18546/13733>.

Recebido em 08/09/2016

Aceito em 30/12/2016

Giovana Zarpellon Mazo – Doutora em Ciências do Desporto (Universidade do Porto, Portugal). Professora titular do Centro de Ciências da Saúde e do Esporte (CEFID) da Universidade do Estado de Santa Catarina, UDESC. Líder do Grupo de pesquisa em Atividade Física, Saúde e Envelhecimento, Laboratório de Gerontologia (LAGER) do CEFID/UDESC.

E-mail: giovana.mazo@udesc.br

Priscila Mari dos Santos - Doutoranda em Educação Física, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Integrante do Laboratório de Pesquisa em Lazer e Atividade Física da Universidade do Estado de Santa Catarina (LAPLAF/UDESC/CNPq).

E-mail: priscilamarisantos@hotmail.com

Alcyane Marinho - Doutora em Educação Física (UNICAMP). Professora adjunta, Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), CEFID/UDESC. Líder do LAPLAF/UDESC/CNPq.

E-mail: alcyane.marinho@hotmail.com